

ÍNDICE

Agradecimentos.....	7
Prefácio da 2ª edição.....	25
Prefácio da 1ª edição.....	27
Apresentação da 2ª edição.....	29
Apresentação da 1ª edição.....	31
Nota do Autor.....	33
Capítulo 1 – Noções de Direito Constitucional	35
1.1 Estrutura da República Federativa do Brasil	35
1.2 Origem da Federação – caso Brasil x Estados Unidos	36
1.2.1 A Revolução Francesa: formação do novo Estado e a questão tri- butária	40
1.3 Hierarquia das normas	44
1.4 Constituição Federal	46
1.4.1. Breve anotação histórica sobre a Carta Magna	48
1.5 Emendas à Constituição	49
1.6 Leis complementares	51
1.6.1 Lei complementar no ICMS	54
1.7 Leis ordinárias.....	55
1.7.1 Identificando uma lei complementar e uma lei ordinária	56
1.8 Medidas provisórias	56
1.8.1 Sobrestamento de votação no Congresso – “Trancamento de pauta”	59
1.9 Leis delegadas	63
1.10 Decreto, decreto-lei e decreto legislativo	64
1.10.1 Decreto	64
1.10.2 Decreto-lei	65
1.10.3 Decreto legislativo	66
1.10.4 Regulamento x Regimento	67

1.11	Resolução	68
1.12	Atos administrativos inferiores.....	69
1.13	Convênios	69
1.14	Constituição Estadual e Lei Orgânica dos Municípios	70
1.15	Técnica de elaboração legislativa – estrutura das normas legais	70
1.15.1	Numeração das leis	71
1.15.2	A função dos elementos no texto normativo – <i>caput</i> , inciso, parágrafos, alíneas	72
1.15.2.1	Artigo	72
1.15.2.2	Incisos	73
1.15.2.3	Parágrafos	74
1.15.2.4	Alíneas	75
1.15.3	Agrupamento de artigos – Livros, Parte, Título, Capítulo, Seção e Subseção.....	76
1.15.4	Objeto da lei – violação às disposições da Lei Complementar n. 95/98	78
1.15.5	O símbolo do parágrafo (§).....	79
1.15.6	Lei de Introdução ao Código Civil – LICC – Atual Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.....	79
1.16	Críticas à elaboração da Constituição Federal – a visão do futuro.....	80
Capítulo 2 – Introdução ao Direito Tributário		83
2.1	Direito Tributário – definição	83
2.2	Fontes do Direito Tributário	84
2.2.1	Fontes materiais ou reais	85
2.2.2	Fontes formais	85
2.3	Conceito de tributo	88
2.4	Classificação dos tributos	89
2.4.1	Impostos	93
2.4.2	Taxas	95
2.4.2.1	Taxas x preço público	98
2.4.3	Contribuições	99
2.4.3.1	Contribuição de melhoria	100
2.4.3.2	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.....	101
2.4.3.3	Contribuição de categoria profissional ou econômica.....	103
2.4.3.4	Contribuição de iluminação pública.....	104

2.4.3.5	Contribuições sociais	105
2.4.4	Empréstimo compulsório	107
2.5	Contribuições sociais – tendências da política tributária	109
Capítulo 3 – Competência tributária		113
3.1	Definição	113
3.2	Tributos e competências – panorama geral	114
3.3	Classificação das competências	117
3.3.1	Competência privativa	117
3.3.2	Competência residual	118
3.3.3	Competência comum	119
3.3.4	Competência extraordinária	119
3.4	Características da competência tributária	120
3.5	Competência do Distrito Federal e Territórios Federais	123
3.6	Competência tributária x capacidade tributária	123
3.7	Tributos e competências	125
3.7.1	Impostos	125
3.7.2	Taxas	125
3.7.3	Contribuições	127
3.7.4	Empréstimo compulsório	128
3.8	Partilha de competência x partilha de arrecadação	128
Capítulo 4 – Imunidade tributária		131
4.1	Definição	131
4.2	Abrangência da imunidade tributária	132
4.3	Imunidade nos impostos	133
4.3.1	Imunidade recíproca	134
4.3.2	Imunidade dos templos de qualquer culto	136
4.3.3	Partidos políticos e suas fundações	137
4.3.4	Entidades sindicais dos trabalhadores	137
4.3.5	Instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos	137
4.3.5.1	Conceito da ausência de finalidade lucrativa	139
4.3.5.2	Da imunidade extensiva aos imóveis locados	142
4.3.6	Imunidade dos livros, jornais e periódicos e o papel destinado à sua impressão.....	142
4.3.7	Imunidade de glebas rurais e outras imunidades aplicáveis aos impostos	147

4.4	Imunidade das contribuições sociais	148
4.5	Imunidade e as obrigações acessórias	149
4.6	Imunidade, isenção, não incidência, alíquota zero, diferimento	149
Capítulo 5 – Princípios constitucionais tributários.....		153
5.1	Definição	153
5.1.1.	O preâmbulo da Constituição como Princípio Constitucional maior	156
5.2	Princípio da legalidade.....	159
5.2.1	Medida provisória e o princípio da legalidade	161
5.3	Princípio da igualdade ou da isonomia	162
5.4	Princípio da capacidade contributiva	163
5.4.1.	Carga tributária x Curva de Lafer.....	168
5.5	Princípio da vedação ao confisco	170
5.6	Princípio da irretroatividade	172
5.7	Princípio da anterioridade	173
5.7.1	Regra geral	176
5.7.2	Exceções.....	177
5.7.3	Publicação da lei	179
5.7.4	Princípio da anterioridade x anualidade	179
5.8	Princípio da uniformidade geográfica	180
5.9	Princípio da liberdade de tráfico	181
5.10	Princípio da transparência fiscal	182
5.11	Princípio da territorialidade	183
5.12	Princípio da não cumulatividade	183
5.13	Princípio da seletividade	184
5.14	Dia Nacional do Respeito ao Contribuinte – 25 de maio	185
Capítulo 6 – Legislação tributária.....		189
6.1	Definição	189
6.2	Obrigatoriedade de cumprimento da legislação tributária x limites de imposição	190
6.3	Vigência da legislação tributária no tempo	191
6.4	Revogação das normas	193
6.4.1	Repristinação	194
6.5	Vigência da legislação tributária no espaço	195
6.6	Aplicação da legislação tributária	195
6.6.1	Fatos pendentes e futuros	196
6.6.2	Fatos passados – aplicação retroativa	196

6.7	Interpretação e integração da legislação tributária	198
6.7.1	Analogia x equidade	199
6.7.2	Interpretação literal	199
6.7.3	Interpretação favorável	200
6.7.4	Leis interpretativas e breve evolução histórica	200
Capítulo 7 – Obrigação tributária.....		205
7.1	Definição	205
7.2	Obrigação principal	206
7.3	Obrigação acessória	206
7.3.1	Descumprimento de obrigação acessória – conversão em obrigação principal	207
7.3.2	Obrigação acessória não segue a obrigação principal	208
7.3.3	Críticas à denominação “obrigação acessória”	208
7.4	Sujeito ativo	209
7.5	Sujeito passivo	209
7.5.1	Obrigação tributária e os acordos e contratos entre particulares.	210
7.5.2	Solidariedade	211
7.5.2.1	Efeitos	212
7.5.3	Capacidade tributária do sujeito passivo	212
7.6	Domicílio tributário	214
Capítulo 8 – Fato gerador.....		217
8.1	Definição	217
8.2	Fato gerador x hipótese de incidência	218
8.3	Aspectos do fato gerador	219
8.3.1	Aspecto pessoal	219
8.3.2	Aspecto espacial	220
8.3.3	Aspecto temporal	220
8.3.4	Aspecto quantitativo	222
8.3.5	Aspecto material	223
8.4	Fato gerador nas atividades ilícitas	224
8.5	Bitributação x <i>bis in idem</i>	224
Capítulo 9 – Lançamento tributário		227
9.1	Definição e natureza	227
9.2	Modalidades de lançamento	229

9.2.1	Lançamento por declaração ou misto	230
9.2.1.1	Obrigação acessória de apresentar declaração não se confunde com lançamento por declaração	231
9.2.2	Lançamento de ofício	232
9.2.3	Lançamento por homologação ou autolançamento	233
9.2.4	Prazos para o lançamento tributário	235
Capítulo 10 – Responsabilidade tributária		237
10.1	Aspectos gerais	237
10.2	Responsabilidade dos sucessores	239
10.2.1	Adquirente ou remitente	239
10.2.2	Sucessor a qualquer título, espólio e cônjuge meeiro	240
10.2.3	Responsabilidade em processos de fusão, cisão, incorporação e transformação.....	241
10.2.4	Aquisição de empresas / fundo de comércio	245
10.2.4.1	Hipóteses de recuperação judicial e falência	246
10.2.5	Ausência de responsabilidade do administrador de empresas ...	247
10.3	Responsabilidade de terceiros	248
10.3.1	Responsabilidade solidária e subsidiária de terceiros	249
10.3.2	Responsabilidade pessoal de terceiros	251
10.4	Responsabilidade por infrações	253
10.4.1	Denúncia espontânea	254
10.5	Substituição tributária – responsabilidade por substituição	256
10.5.1	Exemplo de cálculo do ICMS normal.....	256
10.5.2	Conceito e funcionamento da substituição tributária.....	258
10.5.3	Substituição tributária “para a frente”.....	260
10.5.4	Substituição tributária regressiva ou “para trás”	261
10.6	Retenção na fonte.....	262
Capítulo 11 – Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....		265
11.1	Aspectos gerais	265
11.2	Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	267
11.2.1	Obrigação acessória nos tributos com exigibilidade suspensa...	269
11.3	Moratória	269
11.4	Depósito do montante integral	272
11.5	Reclamações e recursos administrativos	273

11.6	Concessão de medida liminar em mandado de segurança	274
11.7	Concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em outras espécies de ações judiciais.....	274
11.8	Parcelamento.....	276
11.8.1	Confissão de dívida	277
Capítulo 12 – Extinção do crédito tributário		279
12.1	Aspectos gerais	279
12.2	Pagamento	281
12.2.1	Pagamento indevido	285
12.2.2	Transferência do encargo financeiro	287
12.3	Compensação	293
12.4	Transação	295
12.5	Remissão	296
12.6	Prescrição e decadência – definição	297
12.6.1	Prazo para homologação	298
12.6.2	Decadência.....	299
12.6.3	Prescrição	301
12.6.4	Tese dos 5 mais 5 anos	302
12.6.5	Prescrição no processo administrativo tributário – prescrição intercorrente x comum	303
12.7	Conversão de depósito em renda	309
12.8	Decisão administrativa irreformável	309
12.9	Decisão judicial transitada em julgado.....	310
12.10	Consignação em pagamento	310
12.11	Dação em pagamento em bens imóveis	311
Capítulo 13 – Exclusão do crédito tributário.....		313
13.1	Isenção – conceito	314
13.1.1	Regras para concessão de isenção	316
13.1.2	Regras para revogação ou alteração de isenção.....	319
13.1.3	Isenções onerosas e seus efeitos – hipótese de substituição da obrigação tributária principal	320
13.2	Anistia	321
13.2.1	Anistia x remissão x retroatividade benéfica da lei	322
13.3	Exclusão do crédito tributário e obrigações acessórias	323
13.4	Outras formas de desoneração tributária	324

Capítulo 14 – Garantias e privilégios do crédito tributário	327
14.1 Garantias do crédito tributário	327
14.1.1 Alienação fraudulenta – presunção	329
14.1.2 Indisponibilidade dos bens (bloqueio)	331
14.2 Privilégios / preferências do crédito tributário	333
14.2.1 Regras gerais	333
14.2.2 Concurso de credores.....	334
14.2.3 Falência e recuperação empresarial	335
14.2.4 Preferência no inventário ou arrolamento	337
14.3 Prova de quitação dos tributos	337
Capítulo 15 – Fiscalização	339
15.1 Aspectos gerais	339
15.2 Manutenção e guarda de livros e documentos	340
15.3 Termo de abertura de fiscalização – início da fiscalização	341
15.4 Dever de prestar informações e dispensa da obrigação	342
15.5 Dever de sigilo da autoridade fazendária	345
15.6 Força policial	347
15.7 Secretaria da Receita Federal do Brasil	348
Capítulo 16 – Dívida ativa e certidões.....	351
16.1 Conceito de dívida ativa	351
16.2 Requisitos do termo de inscrição na dívida ativa	352
16.3 Inscrição na dívida ativa – regras gerais	353
16.3.1 Juros de mora	357
16.4 Certidões	357
16.4.1 Certidão negativa	358
16.4.2 Certidão positiva	359
16.4.3 Certidão positiva com efeito de negativa.....	360
16.4.4 Hipóteses de exigência de certidão negativa	361
16.4.5 Hipóteses de dispensa de certidão negativa – caducidade de di- reito.....	362
16.4.6 Prazo para emissão de certidão	363
16.4.7 Responsabilidade pessoal do funcionário público.....	364
16.4.8 Cuidados com as certidões	365
Capítulo 17 – Repartição das receitas tributárias	367

17.1	Federalismo fiscal.....	368
17.2	Fundos constitucionais	369
17.3	Repartição da arrecadação federal	371
17.3.1	Repartição do Imposto sobre a Renda	371
17.3.2	Repartição do IPI	373
17.3.3	Repartição da CIDE	374
17.3.4	Repartição do ITR	375
17.3.5	Repartição de impostos residuais	376
17.3.6	Repartição do IOF-Ouro	376
17.3.7	Imposto sobre a Renda retido na fonte – órgãos públicos, autarquias e fundações	377
17.4	Repartição da arrecadação estadual	377
17.4.1	Repartição do ICMS	377
17.4.2	Repartição do IPVA.....	378
17.5	Retenção de recursos	379
17.6	Divulgação da arrecadação	380
Capítulo 18 – Impostos em espécie.....		381
18.1	Impostos federais	382
18.1.1	IR – Imposto sobre a Renda	382
18.1.1.1	Histórico e Evolução	383
18.1.1.2	Imposto de Renda – Pessoa Física (IRPF).....	385
18.1.1.2.1	Deduções e base de cálculo	390
18.1.1.2.2	Despesas de locação de imóvel residencial..	391
18.1.1.2.3	Dedução de despesas com nascituro	392
18.1.1.3	Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ)	392
18.1.1.4	IRPJ/CSLL – Prejuízo fiscal e base negativa	395
18.1.1.5	A origem da figura do leão no Imposto de Renda	397
18.1.2	II – Imposto sobre a Importação	398
18.1.2.1	Função extrafiscal	402
18.1.3	IE – Imposto sobre a Exportação	404
18.1.4	IOF – Imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro, títulos e valores mobiliários (IOCCSTVM-o)	405
18.1.5	IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	407
18.1.6	ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	413
18.1.7	IGF – Imposto sobre Grandes Fortunas	416

18.1.8	Simples Federal – REVOGADO	417
18.1.9	Simples Nacional – EM VIGOR	418
18.2	Impostos dos Estados e Distrito Federal.....	422
18.2.1	ITCMD – Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer bens ou direitos	422
18.2.1.1	ITCMD e Taxa Judiciária.....	427
18.2.1.2	Não incidência do ITCMD nos casos de falecimento em decorrência da ineficiência do Estado	427
18.2.2	ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação	431
18.2.2.1	Lei complementar no ICMS	431
18.2.2.2	Hipóteses de incidência	432
18.2.2.3	Momento da incidência	433
18.2.2.4	Contribuintes	435
18.2.2.5	Base de cálculo	435
18.2.2.6	Fixação de alíquotas – operações interestaduais e de exportação.....	437
18.2.2.7	Fixação de alíquotas – operações internas	437
18.2.2.8	Alíquotas – operações internas.....	438
18.2.2.9	Alíquotas – operações interestaduais	439
18.2.2.10	Alíquotas efetivas – “cálculo por dentro”	440
18.2.2.11	Não cumulatividade	441
18.2.2.12	Substituição tributária	443
18.2.2.13	Combustíveis, energia e telecomunicações	444
18.2.2.14	Hipótese de não incidência	446
18.2.2.15	ICMS x ISS	448
18.2.3	IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.....	450
18.2.3.1	Não incidência do IPVA sobre aeronaves e embarcações	450
18.2.3.2	Restituição do IPVA em caso de furto do veículo (remissão/repetição) – São Paulo.....	451
18.3	Impostos municipais	452
18.3.1	IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	453
18.3.1.1	Conceito de área urbana	454
18.3.1.2	Atualização do IPTU por decreto – princípio da legalidade	454
18.3.1.3	Evolução histórica do IPTU.....	455

18.3.2	ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a ele relativos.....	456
18.3.2.1	Valor venal IPTU x ITBI	458
18.3.3	ISS – Imposto sobre Serviços	461
18.3.3.1	Alíquotas – máxima e mínima	465
18.3.3.2	Exportação e importação de serviços	466
18.4	Panorama geral do sistema de repartição de competências tributárias....	467
Capítulo 19 – Processo administrativo tributário		469
19.1	Aspectos gerais	469
19.2	Legislação do processo tributário administrativo	472
19.2.1	Processo Administrativo Fiscal Federal	472
19.2.1.1	Impugnação administrativa – 1ª instância	473
19.2.1.2	Recurso no Processo Administrativo Fiscal Federal – 2ª instância	476
19.2.2.	Processo Administrativo Tributário Estadual – São Paulo.....	477
19.2.2.1	Defesa administrativa – 1ª instância	478
19.2.2.2	Recurso no Processo Administrativo Fiscal Estadual – São Paulo – 2ª instância	479
19.2.3	Processo Administrativo Tributário Municipal – São Paulo	480
19.2.3.1	Impugnação Administrativa – 1ª instância	481
19.2.3.2	Recurso no Processo Administrativo Tributário Municipal – São Paulo – 2ª instância	483
19.2.4	Prazo de fiscalização x Prazo de impugnação.....	484
19.2.5	Cuidados na representação processual	486
19.3	Efeitos do processo administrativo e sua decisão	487
19.4	Renúncia à via administrativa	487
19.5	Depósito recursal	488
19.6	Tribunais Tributários Fiscais Administrativos	489
19.6.1	Tribunal Federal – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (antigo Conselho de Contribuintes)	490
19.6.1.1	Competência das seções de julgamento	491
19.6.2	Tribunal Estadual – São Paulo. Tribunal de Impostos e Taxas – TIT	493
19.6.3	Tribunal Municipal – São Paulo. Conselho Municipal de Tributos – CMT	495
19.7	Processo de consulta	497

19.8	Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) x Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).....	500
	Capítulo 20 – Processo judicial tributário.....	503
20.1	O processo e a Constituição Federal	505
20.2	O processo e os Regimentos dos Tribunais	506
20.3	Processo como meio para a consecução de justiça – instrumentalidade..	507
20.4	Princípios processuais	509
20.4.1	Princípio do devido processo legal	509
20.4.2	Princípio da inafastabilidade da jurisdição	510
20.4.3	Princípio do duplo grau de jurisdição	511
20.4.4	Princípio da publicidade	511
20.4.5	Princípio da economia processual	512
20.4.6	Princípio da necessária fundamentação das decisões.....	513
20.5	Processo x Procedimento tributário	514
20.6	Processo tributário – administrativo x judicial	515
20.6.1	Eleição da esfera contenciosa e acesso ao Poder Judiciário	516
20.7	Processo judicial em espécie	517
20.7.1	Ação declaratória	517
20.7.1.1	Momento do cabimento	519
20.7.2	Ação anulatória de débito fiscal	519
20.7.2.1	Momento do cabimento	521
20.7.3	Ação de repetição do indébito	522
20.7.3.1	Momento do cabimento	523
20.7.3.2	Repetição do indébito nos tributos indiretos	526
20.7.3.3	Repetição do Indébito e a Lei Complementar n. 118/2005	528
20.7.4	Ação de consignação em pagamento	529
20.7.4.1	Momento do cabimento	532
20.7.4.2	Local da propositura	533
20.7.5	Mandado de segurança	534
20.7.5.1	Cabimento do mandado de segurança	536
20.7.5.2	Prazo para impetração	539
20.7.5.3	Não cabimento.....	540
20.7.5.4	Liminar em mandado de segurança	542
20.7.5.4.1	Prioridade no julgamento.....	544
20.7.5.4.2	Proibição de concessão de liminar.....	544

20.7.5.4.3	Prazo para caducidade da medida liminar – Inércia do impetrante	545
20.7.5.5	Breves anotações históricas de sua origem.....	546
20.7.5.6	Dos prazos e procedimentos no mandado de segurança	548
20.7.5.7	Momento do cabimento	550
20.7.6	Execução fiscal	550
20.7.7	Embargos à execução fiscal	555
20.7.7.1	Momento do cabimento	557
20.7.8	Exceção de pré-executividade	557
20.7.8.1	Momento do cabimento.....	559
20.7.9	Controle de constitucionalidade	559
20.7.9.1	Sistema difuso e concentrado	560
20.7.9.2	Súmula vinculante.....	562
20.7.9.3	Ação Direta de Inconstitucionalidade e de Constitucio- nalidade	564
20.7.9.4	Resolução do Senado Federal	568
20.7.9.5	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	569
20.7.10	Ação cautelar	572
20.7.10.1	Momento do cabimento	575
20.7.11	Cautelar fiscal	575
20.8	Contagem de prazo processual – Fazenda Pública e Ministério Público ..	576
Capítulo 21	Direito Tributário Internacional	579
21.1	Denominação e aspectos gerais	579
21.2	Elementos de conexão	580
21.2.1	Princípio da residência	583
21.2.2	Princípio da fonte	585
21.2.3	Princípio da nacionalidade	587
21.3	Dupla tributação internacional ou bitributação internacional	588
21.3.1	Bitributação x <i>bis in idem</i>	590
21.4	Princípio da territorialidade e da universalidade	590
21.5	Medidas para evitar a dupla ou pluritributação	591
21.5.1	Tratados em matéria tributária e sua aplicação no Brasil	592
21.6	Métodos para evitar a bitributação	594
21.6.1	Método da isenção.....	594
21.6.2	Método da imputação.....	595
21.6.3	Crédito fictício (<i>tax sparing</i>) e crédito presumido (<i>matching credit</i>)	596

21.7	Preços de transferência (<i>transfer pricing</i>) – introdução e conceito	598
21.7.1	Breve noção de apuração do lucro real aplicável ao <i>transfer pricing</i>	599
21.7.2	Princípio <i>arm's length</i>	600
21.7.3	Fundamentação legal no Brasil	601
21.7.4	Pessoa vinculada e paraísos fiscais	604
21.7.5	Operações com paraísos fiscais	605
21.7.6	<i>Royalties</i> , assistência técnica, científica, administrativa ou asse- melhada	606
21.8	Receita Federal norte-americana – <i>Internal Revenue Service</i> (IRS).....	607
21.9	Receita Federal argentina – <i>Administración Federal de Ingresos Públicos</i> (AFIP)	608
21.10	Receita Nacional francesa – <i>Direction Générale des Finances Publiques</i> (DGFIP)	608
	ANEXO I – Lei Complementar n. 116/2003 – Lista de serviços – ISS	611
	Bibliografia	625